

Brasília/DF, 12 de março de 2019

Ofício Nº 35/2019

Ao Excelentíssimo Senhor

**Davi Alcolumbre**

Senador da República (DEM/AP)

Presidente do Senado Federal

Junte-se ao processado do

PLC  
nº 94 de 2015

Em 26/3/19

Sm. Paulo Raim

**Assunto: Solicitação pauta ao PLC 94/2015.****Prezado Presidente,**

A Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas (AMUSUH), representando o segmento dos municípios que são responsáveis por mais de 60% da geração de energia consumida no Brasil, SOLICITA a Vossa Excelência apoio para inclusão na pauta e votação do PLC 94/2015 no Plenário.

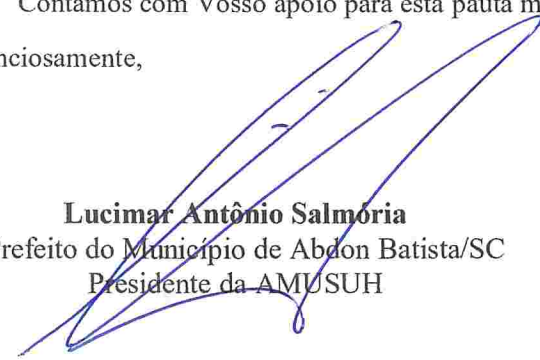
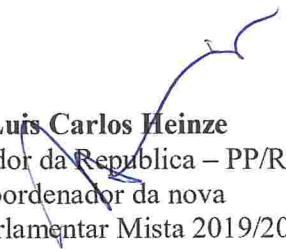
Após mais de 35 anos de impactos e prejuízos econômicos e sociais infligidos ao município de Guairá (PR), o referido Projeto irá fazer justiça ao alterar a divisão dos Royalties de Itaipu enviados aos municípios diretamente afetados pelo lago da usina (conforme folder pag. 16). É urgente tornar mais justa a distribuição e participação nos dividendos com a aprovação do PLC 94/2015 que vai beneficiar mais de 32 mil habitantes deste município localizado no oeste do Paraná e que faz fronteira com o Paraguai e com o Mato Grosso do Sul.

Senhor Presidente, o projeto concluiu todas as etapas de tramitação nas comissões do Senado e agora aguarda apenas a pauta e votação no Plenário. A PLC fará justiça com o município de Guairá (PR) que tanto sofreu com a inundação das Sete Quedas por conta da construção da usina de Itaipu. Esta maravilha da natureza era o grande vetor econômico do município e que agora se encontra submersa.

Portanto, conclamamos Vossa Excelência a pauta e votação do PLC e informamos ainda que a referida redistribuição tem acordo firmado entre os 16 municípios conforme ofícios do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros (OF.044/2018) e da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (OF.094/2018), protocolados em data de 04/06/2018.

Contamos com Vosso apoio para esta pauta municipalista.

Atenciosamente,

  
**Lucimar Antônio Salmória**  
Prefeito do Município de Abdon Batista/SC  
Presidente da AMUSUH  
**Luis Carlos Heinze**  
Senador da República – PP/RS  
Coordenador da nova  
Frente Parlamentar Mista 2019/2010

Brasília, 22 de março de 2019.

Senhor Lucimar Antônio Salmória, Presidente da Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados – AMUSUH,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Ofício nº 35/2019, de Vossa Senhoria, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida para juntada ao Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2015, que *“Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências”*.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:  
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122546>.

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa





# *Sete Quedas*

**CONGRESSO NACIONAL FAZENDO  
JUSTIÇA HISTÓRICA COM GUAÍRA (PR)**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA NO SENADO FEDERAL  
PLC 94/2015 (PL 3848-D/2012 NA CÂMARA FEDERAL)**



## JUSTIFICATIVAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Excelentíssimos senhores e senhoras senadores e senadoras, este texto visa justificar o voto favorável de vossas excelências na etapa de tramitação no Senado Federal do projeto de lei 3848-D/2012, iniciado na Câmara de Deputados pelo parlamentar e eminente constitucionalista Osmar Serraglio, que por morar em Umuarama, a 100 km de Guaíra, e conhecer nossa história, resolveu propor ao Congresso Nacional que se faça justiça histórica através deste PL, que no Senado foi renumerado como 94/2015. Alguns irão lembrar que Sete Quedas era patrimônio da União e não de Guaíra, e que portanto não cabe a compensação, mas a Câmara de Deputados nesta trajetória de três anos já se pronunciou (com apenas um voto contrário) e aprovou o projeto em todas as suas etapas. Os guairenses serão eternamente gratos aos senadores (como já são aos deputados) que entenderem ser necessário fazer justiça decorridos 35 anos da submersão das Sete Quedas.

Guaíra, situada no Oeste do Paraná, fronteira com Paraguai e Mato Grosso do Sul, possui 32.394 habitantes (estimativa do IBGE em 2014). A cidade é limitada pelo rio Paraná, que configura, respectivamente, a divisa do Brasil com o Paraguai e do Paraná com o Mato Grosso do Sul. Além de sua posição geográfica estratégica em relação aos países vizinhos, é estratégica para a manutenção da segurança nacional, pois sofre com a existência de atividades ilícitas como o contrabando, o descaminho e o tráfico de drogas e de armas. A estes se somam outros problemas decorrentes de falhas na vigilância fronteiriça, como a entrada de estrangeiros ilegais e a evasão de divisas.

Os guairenses costumam dizer que a União Federal quando resolve prejudicar algum Município, em alguma “sala poderosa” existe um mapa em que o “alfinete vermelho” está cravado em Guaíra. Vamos citar os fatos históricos principais: em 17/04/1944, Getúlio Vargas, através do decreto 6428, incorpora ao SNBP as embarcações, a Estrada de Ferro Guaíra-Porto Mendes, assim como as instalações fixas e portuárias pertencentes a Cia. Matte Larangeira, que fundou Guaíra. Pelo mesmo decreto é encampado o Distrito de Guaíra; no setor hidroelétrico foi preferido o projeto do engenheiro Pedro Henrique Rupp, atualizado em 1962 por Octávio Marcondes Ferraz, projeto pioneiro e alternativo ao de Itaipu a ser implantado em Guaíra e não em Foz do Iguaçu. Em 1980, pouco antes da submersão das cataratas de Sete Quedas e como medida compensatória, a Eletrosul iniciou a hidroelétrica de Ilha Grande, anunciada como um projeto multimodal hidroelétrico, rodoferroviário e hidroviário, que ajudou

a “calar a boca” dos guairenses enquanto se formava o reservatório de Itaipu, mas pouco depois, em 1991, o projeto acabou retirado do Plano de Metas da Eletrobrás, deixando um enorme passivo para Guaíra (até o canteiro de obras tivemos que comprar). No setor de logística, após a frustração de Ilha Grande, foram inúmeros os planos de expansão ferroviária até Guaíra, a viabilização da hidrovía Paraná/Tietê, que de concreto resultou na Ponte Interestadual Ayrton Senna, inaugurada apenas em 1998.

O último planejamento da “sala poderosa” está sendo agora implementado pela FUNAI, que escolheu Guaíra e Terra Roxa para iniciar um processo de ocupação de indígenas da etnia Guarani vindos do Paraguai e do Mato Grosso do Sul, visando constituir um território guarani denominado Terra Indígena Tekohá Guasu Guavirá, com pretensões demarcatórias (através da Portaria FUNAI 139/2014) de 11.500 alqueires entre Guaíra e Terra Roxa. Ocupação fora do marco temporal constitucional (1988), pois se tratam de 13 ocupações iniciadas em 2006, que contam com aproximadamente 1500 indígenas. Ou seja, em 1982 a União Federal subtraiu de Guaíra as Sete Quedas e agora pretende a FUNAI subtrair 1/3 de seu território.

Nos últimos 35 anos, Guaíra tentou sensibilizar os governantes do poder executivo e legislativo federal e estadual, bem como todos os ex-diretores da Itaipu, visando receber uma compensação pelos prejuízos causados e lucros cessados com a perda de Sete Quedas. Qualquer brasileiro sabe que se Foz do Iguaçu é o segundo destino turístico do Brasil e recebe anualmente em torno de 1 milhão de turistas, Guaíra, distante 220 km com cataratas de igual beleza e potencial turístico, certamente estaria entre os dez destinos turísticos do País, recebendo pelo menos 500 mil turistas/ano. Mas, infelizmente, nenhuma das suas tentativas foi bem sucedida, todos foram e são solidários com Guaíra, mas na hora de “pôr a mão no bolso ou priorizar os recursos públicos” as justificativas legais impeditivas aparecem. Neste sentido, Guaíra também não queria que para ser compensada fosse necessário redefinir os valores repassados aos demais Municípios, mas como não lhe foi dada outra alternativa, com a consciência da legitimidade de sua luta histórica, passou a defender a aprovação do PLC 94/2015.

Em relação aos royalties de Itaipu repassados desde 1991, enquanto Santa Helena, Foz do Iguaçu e Itaipulândia recebem, respectivamente, 25,13%, 19,23% e 17,12% dos 38,25% pagos aos municípios do PR e do MS diretamente afetados pelo reservatório da Itaipu, Guaíra recebe apenas 4,86%. Pelos dados da ANEEL,

acumulados até abril de 2017, Santa Helena recebeu R\$ 459,7 milhões, Foz do Iguaçu R\$ 351,8 milhões e Itaipulândia R\$ 300,8 milhões, enquanto Guaíra recebeu R\$ 88,9 milhões. Na verdade, a intenção inicial do PLC 94/2015 (3848-D/2012/CF), alterado pelo relator na CCJC na Câmara Federal Nelson Meurer, era fazer Guaíra receber igual a Foz do Iguaçu, ou seja, 8% (oito) por cento dos 100% dos royalties, considerando que Santa Helena recebe 9,61%, Foz do Iguaçu 7,35% e Guaíra 1,86%. Ocorre que, na melhor interpretação dos efeitos de seus dispositivos, o PL só pode alterar os percentuais repassados para os Municípios diretamente atingidos, neste sentido o projeto aumentará dos atuais 4,86% para 8% a participação de Guaíra nos 38,25%.

Em valores anuais, o acréscimo de receita estimado após a alteração da lei para Guaíra será dos atuais R\$ 10,96 milhões em 2014 para R\$ 18,04 milhões, um acréscimo de apenas R\$ 7,08 milhões, que reduzidos proporcionalmente dos demais quinze municípios se revela um pequeno impacto, que não irá inviabilizar de forma alguma os demais Municípios, considerando que o total repassado aos municípios diretamente atingidos foi de R\$ 225 milhões.

Mais recentemente, em 2012, o poder legislativo do Paraguai fez justiça histórica com Salto Del Guairá, cidade gêmea guairense, que igualmente perdeu as cataratas que lá foi denominada como Saltos Del Guaíra, ao aprovar a Ley 4.597, de 23/04/2012, que estabeleceu que o Ministério de Hacienda transferirá, por um período de 03 anos ao Município, o equivalente a 3% de todo o valor total arrecadado pela ITAIPU no Paraguai. Guaíra recebe 1,86% no Brasil...

Em nome de todos os guairenses que já se foram e levaram consigo as saudades de Sete Quedas, e de todos os que virão e que poderão contar que em 2017 o Senado Federal fez um ato de justiça histórica, considerando que o Senado Federal é composto por brasileiros e brasileiras acostumados a fazer história em toda a sua trajetória política, acostumados a tomar decisões difíceis e a reparar injustiças, solicito a vossas excelências que votem favoravelmente pela aprovação do PLC 94/2015 (3848/2012 na CF), visando não só amenizar nossas perdas e lucros cessados, mas nos fazer voltar a acreditar que há justiça neste País.

  
**Heraldo Trento**  
Prefeito Municipal

## O MONUMENTO DA NATUREZA QUE O BRASIL UM DIA PERDEU

O Salto de Sete Quedas (ou Saltos del Guairá) foi a maior cachoeira do mundo em volume de água, até o seu desaparecimento com a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

As cachoeiras existiram entre as cidades de Salto del Guairá, no Paraguai, e Guaíra, no Brasil, e a sua história está atrelada com a criação da América.

Sua indomável beleza marcava a divisa entre o Alto Rio Paraná, de águas tranquilas e curso espraído; e o Baixo Rio Paraná, turbulento, agitado, encaixado em um cânion basáltico, com quase 300 quilômetros de extensão, e desnível superior a 120 metros.

A região era um local estratégico para o controle do território, uma vez que o Rio Paraná era intransponível neste ponto. Conta a história que, no momento da invasão europeia, um poderoso cacique chamado Canindeyú, controlava a passagem de homens e mantimentos pelas trilhas que contornavam os saltos. A primeira grafia do nome das quedas, aliás, é uma homenagem ao temido cacique: Saltos de Canindeyú.

Entre os episódios mais marcantes que se desenvolveram neste cenário, podemos citar a marcha indígena do século XVII, em fuga aos

ataques dos sanguinários bandeirantes; ou, então, o martírio da falida Cidade Real do Guairá, abandonada à própria sorte pela coroa espanhola.

Mas o episódio de maior relevo, no entanto, teve início em 13 de outubro de 1982, com o represamento do Rio Paraná. Durante 14 dias, o Paranazão bravamente lutou para recuperar sua liberdade, usurpada por uma barreira de 196 metros de altura e oito quilômetros de extensão.

Dez dias depois, antes de dormir, ainda era possível ouvir o barulho das quedas em Guaíra, e torcer para que tudo não passasse de um pesadelo.

Em 26 de outubro de 1982, as águas do lago chegavam aos saltos. No dia seguinte, às dez horas da manhã, o último centímetro de rocha era coberto pelo charco barrento, vermelho, manchado de sangue devido ao covarde crime cometido.

Em Guaíra, um estranho silêncio oprimia a tudo e a todos. A obra que a natureza levou milhões de anos para esculpir, estava submersa e silenciosa.

*Guilherme Dreyer Wojciechowski*



## OS MEANDROS POLÍTICOS DE UM PROCESSO IRREPARÁVEL

Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

O engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, responsável por um projeto alternativo que possibilitaria a construção de uma barragem a montante de Sete Quedas, unicamente em território brasileiro, com a preservação da beleza cênica do local, em 1982, ao comentar a construção da hidrelétrica de Itaipu denunciava os critérios adotados para a escolha do projeto: Eu nada mais tinha com o assunto. Fiquei, porém, aguardando, como engenheiro e brasileiro, que a indispensável discussão fosse reaberta sobre o problema de tal magnitude. Não houve debates. O problema tinha sido elevado a um cenáculo inacessível. Nem as associações de classe nem os especialistas foram

ouvidos. Acontece, porém, que o projeto estava em gestação, dentro do mais absoluto sigilo (...). A única coisa que se sabia era que a solução “Sete Quedas” tinha sido abandonada e que uma solução “Itaipu” seria adotada. (...) Não é necessário ser técnico especializado para concluir que



Engenheiro Octávio Marcondes Ferraz

“o segredo” causou, mais tarde, coisas tão absurdas como a adoção - na maior Usina Hidrelétrica no Mundo. (VERCH, 1998, p.25).

A construção de Itaipu foi polêmica entre os

intelectuais, particularmente nos setores técnicos. Para eles o silêncio era imposto através de governos repressores, no Brasil pela ditadura do General Emílio Médici e, no Paraguai, pela ditadura de Alfredo Stroessner. Tanto em nível nacional como em nível regional, o projeto Itaipu era pensado apenas no âmbito da discussão técnica e política do Estado. Em Guaíra, como nos demais municípios atingidos, muito pouco se falou sobre o Projeto Itaipu e seus impactos para a cidade.

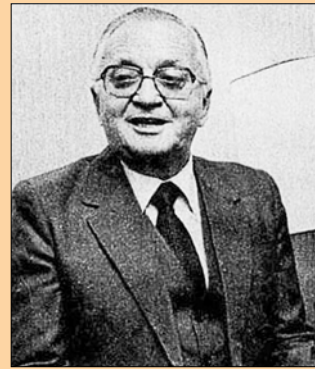
Em meados de 1982, os meios de comunicação anunciavam a passagem do Presidente João Figueiredo por Guaíra para dar o seu “último adeus às Sete Quedas e se juntar ao povo que lamentava”, bem como, reiterar “sua determinação em prosseguir o desenvolvimento” e a melhoria da qualidade de vida, cuja obtenção,



Em 1982, o presidente João Figueiredo veio dar o seu último adeus às Sete Quedas.

como argumentava o presidente, “necessitava dispor de energia e do lago de Itaipu”. Ao visitar as Sete Quedas, em Guaíra, em meio a questionamentos da população e da imprensa a respeito do desaparecimento das Quedas, o Presidente teria comentado:

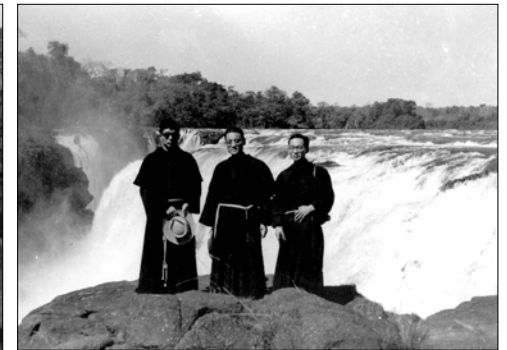
“Sei que isso é uma grande perda, me associo aos que lamentam o desaparecimento do espetáculo natural proporcionado pelas Cataratas, mas no caso de Itaipu, os ganhos são de alta relevância como a produção de energia equivalente a 670 mil barris diários de petróleo a geração de energia para atender as necessidades do Centro Sul do País. (...)”.



General José Costa Cavalcanti

No mesmo ano, ao ser questionado a respeito do projeto alternativo que permitiria preservar Sete Quedas e alagar menos terras, o General Costa Cavalcanti e o diretor-geral adjunto pelo lado paraguaio da Itaipu Binacional, Enzo Debernardi, responderiam que de todas as alternativas estudadas para o local do barramento, Itaipu era a mais econômica, a mais adequada, e tecnicamente viável e politicamente possível. Adiante o General Cavalcanti afirmaria:

“(...) As Sete Quedas existe como obra de Deus, obra natural. Mas que pouco está produzindo, apenas um turismo rudimentar, nem de longe comparado ao turismo de Foz do Iguaçu com as quedas de Iguaçu. E agora, por obra do homem, a este recurso natural que pouco está rendendo, o homem está trazendo para uma altura de 170 metros, que dará uma renda enorme aos donos de Sete Quedas que são a União Brasileira e a União Paraguaia (...)”.



Da esquerda para a direita: Mapa exato da localização das Sete Quedas e suas colunas de água; Vista espetacular do “Canalão”; Frades franciscanos vistam as quedas na década de 1950; Imagem do Salto 17 e turistas se aventurando nas pontes do parque.



ENTENDA COMO  
FOI ESTABELECIDO O  
FIM DAS SETE QUEDAS

A sentença de morte das Sete Quedas começou a ser decretada a partir do ano de 1953, com o estudo do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Paraná. O primeiro estudo sobre a Usina de Sete Quedas – como foi inicialmente chamada a obra de Itaipu – remonta ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). O trabalho foi conclu-

ído no breve governo Jânio Quadros, que e estimava ser possível produzir 25 milhões de kW, desviando o rio para um antigo leito, na sua margem esquerda, em terras brasileiras. Tal projeto, que configurava uma violação de fronteira, foi alvo de protestos do governo paraguaio. Protestaram também os argentinos, que temiam as consequências da barragem

para as águas do rio, que mais adiante banha seu território. Em 1962, o governo João Goulart contratou um novo estudo. O projeto de Sete Quedas ganhou então características de Guerra Fria quando o governo cogitou construir a hidrelétrica com tecnologia e recursos oferecidos pela União Soviética. O custo estimado da

obra era de US\$ 1 bilhão, mas os russos prometiam construí-la por muito menos. Além disso, ofereciam financiamento em longo prazo e receberiam como pagamento mercadorias brasileiras. Pela imprensa, o presidente “violentamente anticomunista” do Paraguai – onde os Estados Unidos mantinham base militar – manifestou-se contrário à ideia.

A deposição do presidente Jango pelo golpe militar de 1964 interrompeu o projeto, que só ganhou novo fôlego em 1966, quando os ministros do Exterior dos dois países, Juracy Magalhães e Raúl Sapena Pastor, assinaram a Ata de Iguazu.

60 Anos de Grandes Obras e Histórias

Presidente João Goulart faz projeto para a construção de uma usina utilizando-se da força das águas do canal das Sete Quedas. Guaira é cogitada.



1962

Para sanar litígios demarcatórios, os governos do Brasil e Paraguai fecham acordo de princípios para a construção de uma usina hidrelétrica na fronteira.



Jan 1964

Brasil e Paraguai assinam a Ata de Itaipu, documento que inicia entendimentos para a construção da maior hidrelétrica do mundo.



1965

É instituída a Comissão Mista Brasileira-Paraguaia para a implementação da Ata do Iguazu na parte relativa ao estudo sobre o aproveitamento do Rio Paraná.



1967

Sondagens técnicas são realizadas na região das Sete Quedas e discute-se o local para a instalação da usina. Construção da Itaipu já é cogitada.



1972

Tratado de Itaipu para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná é assinado. Foz do Iguazu é escolhida. Sete Quedas estava com os seus dias contados.



Abr 1973

Após dois anos e meio da sua criação, começam as obras para a construção da Usina de Itaipu. Guaira vive uma expectativa frustrante.



1975

Como forma de compensação pelas perdas, Governo Federal anuncia a construção da Hidrelétrica de Ilha Grande na cidade de Guaira.



1980

Superlotação no Parque das Sete Quedas causa a queda de ponte e ceifa a vida de 26 turistas.



Jan 1982

O presidente João Figueiredo faz uma visita antes do afogamento das Sete Quedas e também dá o seu adeus.



Set 1982

Guaira amarga prejuízo turístico. Comércio local é impulsionado pelas obras da ponte de serviço sobre o Rio Paraná, que marca o início da construção da Usina de Ilha Grande.



1984



A pedidos de Goulart, engenheiros russos visitam a região de Guaira para estudo de viabilidade para a implantação da hidrelétrica de Sete Quedas.

1963



Militares assumem o poder, tiram João Goulart da presidência e afastam qualquer aproximação com a União Soviética.

Mar 1964



Brasil e Paraguai assinam a Ata de Iguazu, uma declaração para levantar os recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países.

1966



Em Assunção, os presidentes Alfredo Stroessner e Garrastazu Médici selam acordo para a construção da usina de Itaipu.

1971



Governos do Brasil e Argentina estipulam regras para a utilização do potencial hidráulico dos rios que compõem a Bacia do Prata.

1973



Costa Cavalcanti, então diretor geral da Itaipu, diz: “A gigantesca hidrelétrica perto das cataratas do Iguazu acabará por atrair mais turistas do que a beleza natural das Sete Quedas”.

1974



Projeto do vereador guairense Jeremias de Oliveira Lobato engaja a população, que cobra da União o pedido de indenização pela perda das Sete Quedas.

1979



É iniciada a implantação da vila residencial dos operários da Usina de Ilha Grande, com o remanejamento de edificações usadas na obra de Salto Santiago.

1981



Milhares de turistas vindos de todas as partes do mundo lotam hotéis de Guaira e dão o último adeus as Sete Quedas.

Ago 1982



Itaipu fecha as suas comportas e começa o represamento do Rio Paraná decretando definitivamente a morte das Sete Quedas.

Out 1982



Eletrosul anuncia o cancelamento das obras da Usina de Ilha Grande, sepultando de vez qualquer esperança de ressarcimento para com a cidade de Guaira.

1991





*Da esquerda para a direita: Canal central, popularmente chamado de “Canalão”; Salto 17, ponte do Arco Íris; Turistas se aventurando no salto 14 e Pontes Bacia do Prata e Figueira Branca*

## LAGO DE MEMÓRIAS

### A submersão das Sete Quedas

**E**ra o dia 13 de outubro de 1982. Exatamente às 5 horas e 45 minutos, as comportas daquela que seria a maior hidrelétrica do mundo começavam a baixar, e após 8 minutos iniciava-se a formação do 2º maior lago artificial do mundo: o lago de Itaipu. Ali, o rio Paraná deixava de correr. Era o início do represamento de suas águas. O território brasileiro e o paraguaio ficavam menores em áreas não alagadas. Cerca de 1350 quilômetros quadrados em território desses países seriam submersos. No território brasileiro, mais de 100 mil hectares de terras férteis pertencentes a oito municípios da Costa Oeste Paranaense foram diretamente atingidos. Enquanto isso, no lado brasileiro, na sede da usina de Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu, a queima de fogos de artifício anunciava o bom êxito da operação “fechamento do Rio Paraná”. O espetáculo, que exigiu a mobilização de 250 técnicos da equipe de Itaipu, foi assistido por aproximadamente 500 jornalistas do mundo inteiro e 6 mil pessoas distribuídas em arquibancadas. Nas duas margens do Rio Paraná, na área atingida, antigos moradores da região assistiam à subida das águas sobre suas terras, a qual chegou a atingir a velocidade máxima de 5 a 6 metros por dia. Do alto da “monumental” obra, o barrageiro, pensativo, se preparava para ver o início da operação. Ao mesmo tempo em que admirava a obra a que suas próprias mãos ajudaram a dar forma, assistia ao início daquilo que representava para ele o fim do emprego.

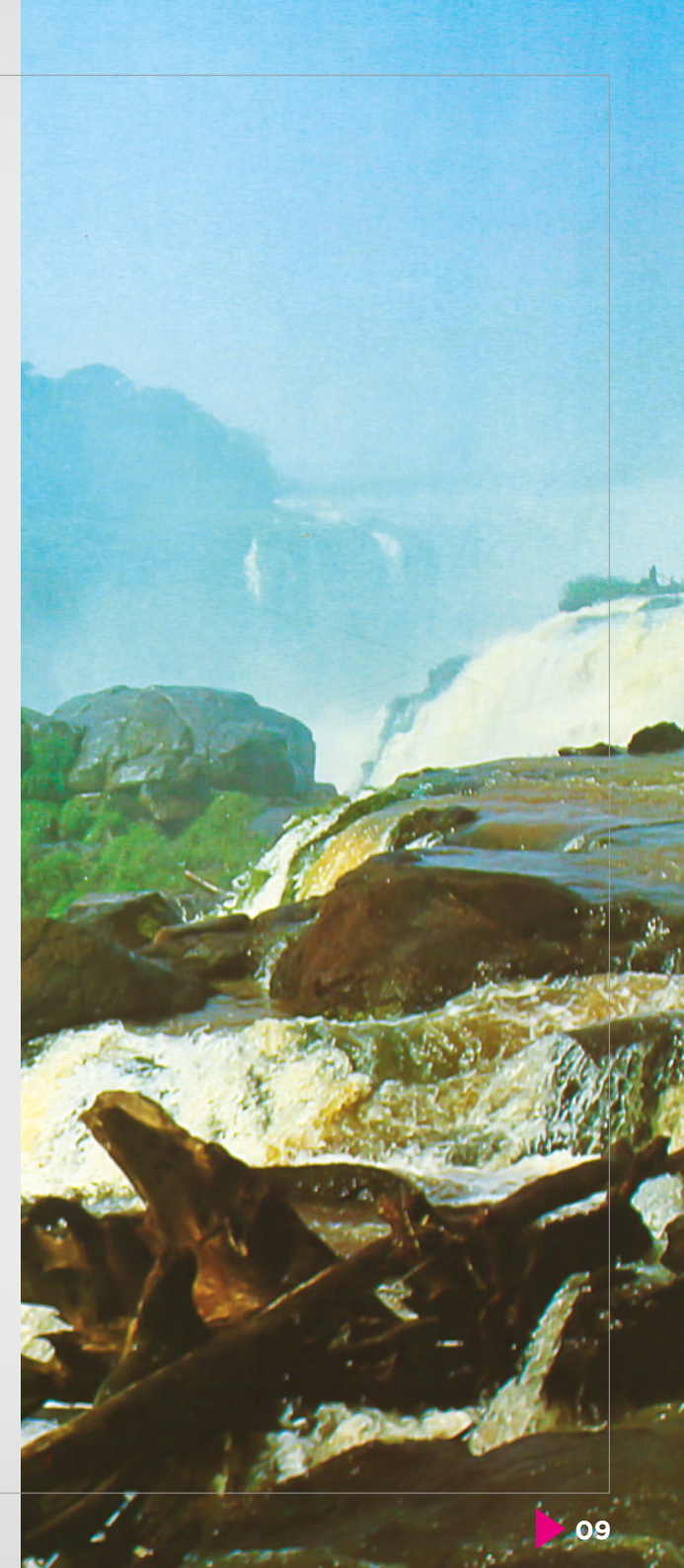
Em Guaíra, cidade atingida pela formação do reservatório de Itaipu, os moradores da cidade – pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, vendedores ambulantes, hoteleiros, desempregados e tantos outros sujeitos, apreensivos e incertos do que realmente iria acontecer, assistiam ao que

para muitos seria impossível: as águas do “grande” lago de Itaipu cobrirem as cataratas das Sete Quedas. O chegar das águas sobre tantos espaços foi dramático para os homens e mulheres que presenciaram aqueles momentos carregados de imprecisão quanto ao que estava por vir. Assistir à formação do lago era, para a população, deixar tudo submerso sob as águas do lago, menos a memória do que se tinha experimentado nesses lugares.

Hortência Zeballos Muntoreanu, ex-moradora da cidade, numa linguagem carregada de sentimentos, relata esta experiência. Seu registro não usa conceitos acadêmicos. Seu depoimento vai muito mais ao encontro da sensibilidade diante do impacto desencadeado pela imagem da destruição provocada pela velocidade da água:

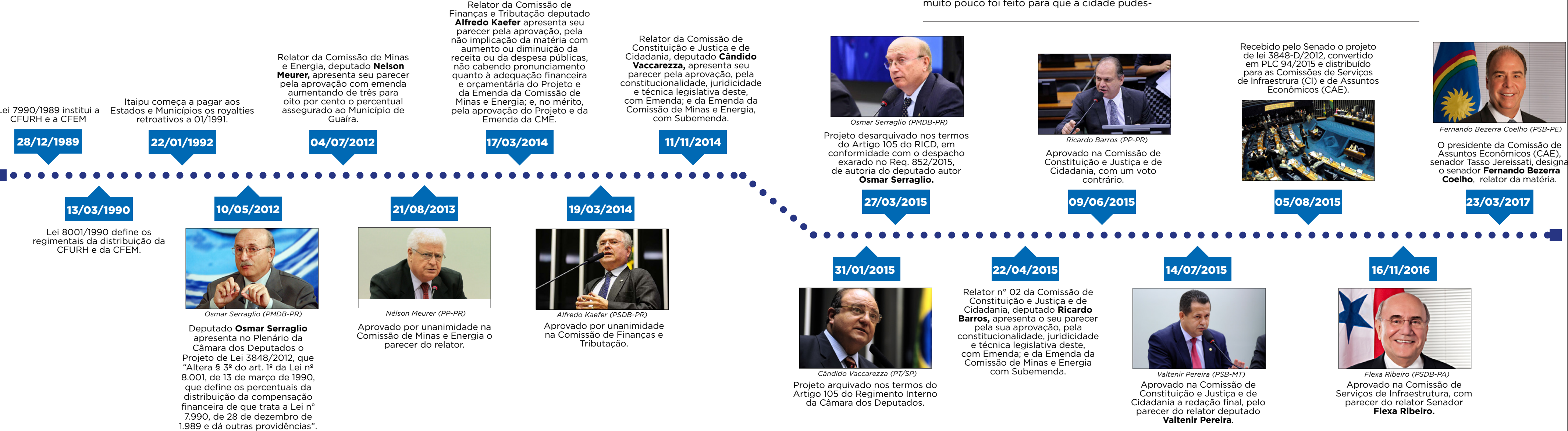
“Sua agonia foi lenta e irreversível. A água invadiu as grutas, onde os morcegos habitavam e, como consequência, invadiu a cidade. Havia milhares de morcegos por toda a parte, nas casas, nas escolas... Um dia, no teto da varanda de minha casa, amanheceram mais de duzentos. A água continuava subindo como um carrasco frio e impiedoso. Os cascudos, peixes de couro que têm por hábito se prender nas pedras, não tinham mais onde ficar. O volume e a pressão da água aumentavam e eles subiram até a superfície, milhões de cascudos desorientados abriram e fechavam a boca num desespero mudo. Parecia que todo o lago borbulhava, um espetáculo que, quando me lembro, me entristece. Do lado do Paraguai podia-se pegar os peixes, do lado brasileiro, não. A água continuava sua missão destruidora, afogando animais ou matando-os de fome, destruindo a mata; até nossa esperança foi destruída.” (MUNTOREANU, 1992, p.109-110).

*Sandra de Cássia Araújo Pelegrini*





# PROJETO DE LEI DA CÂMARA SF PLC 94/2015 (PL 3848-D/2012 na Câmara Federal)



É público e notório que o município de Guaira foi um dos que mais contribuíram para o desenvolvimento energético da Nação, com a perda das Sete Quedas para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Mas, apesar do reconhecimento nacional, muito pouco foi feito para que a cidade pudes-

se realmente ser ressarcida de fato. A PLC 94/2015 CPL 3848-D/2012CF acende novamente a chama da esperança para uma população sofrida, que aprendeu ao longo dos anos a conviver com a perda imposta pelo alto custo do progresso.





# UMA CIDADE QUE AINDA SENTE OS REFLEXOS DA PERDA

**A**té o início da década de 1970, as cidades de Guaíra e Foz do Iguaçu duelavam entre si. Ambas possuíam quase o mesmo número de habitantes, estavam situadas numa região de fronteira e tinham duas das maiores maravilhas naturais do planeta: Sete Quedas e as Cataratas do Iguaçu.

As mudanças ambientais e socioeconômicas ocasionadas pela criação do reservatório de Itaipu foram de enorme amplitude. Ao inundar mais de 1.300 km de terra ao longo de 170 quilômetros, o reservatório mudou completamente o panorama dessas duas cidades. Foz do Iguaçu colheu os louros do desenvolvimento, enquanto que Guaíra amargou o prejuízo pela extinção da sua maior riqueza.

O plano diretor do reservatório de Itaipu, criado em 1982, apresentava o potencial que o reservatório possuía. O reservatório seria o cerne do futuro econômico da região, propiciando atividades de pesca e turismo, fornecendo energia barata e abundante para o desenvolvimento industrial. Mas, na prática, principalmente para o município de Guaíra, não foi bem isso o que se viu.

Moradores, pequenos agricultores, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, vendedores ambulantes, hoteleiros, desempregados e tantos outros, assistiram atônitos o afogamento.

Milhares de morcegos, que tiveram as suas grutas inundadas, invadiram casas, igrejas e es-

colas da cidade. Os cascudos, peixes de couro que se prendiam às pedras, apareceram boiando, indefesos diante da mudança.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social listou na época os principais impactos econômicos que o fim de Sete Quedas causou ao município de Guaíra.

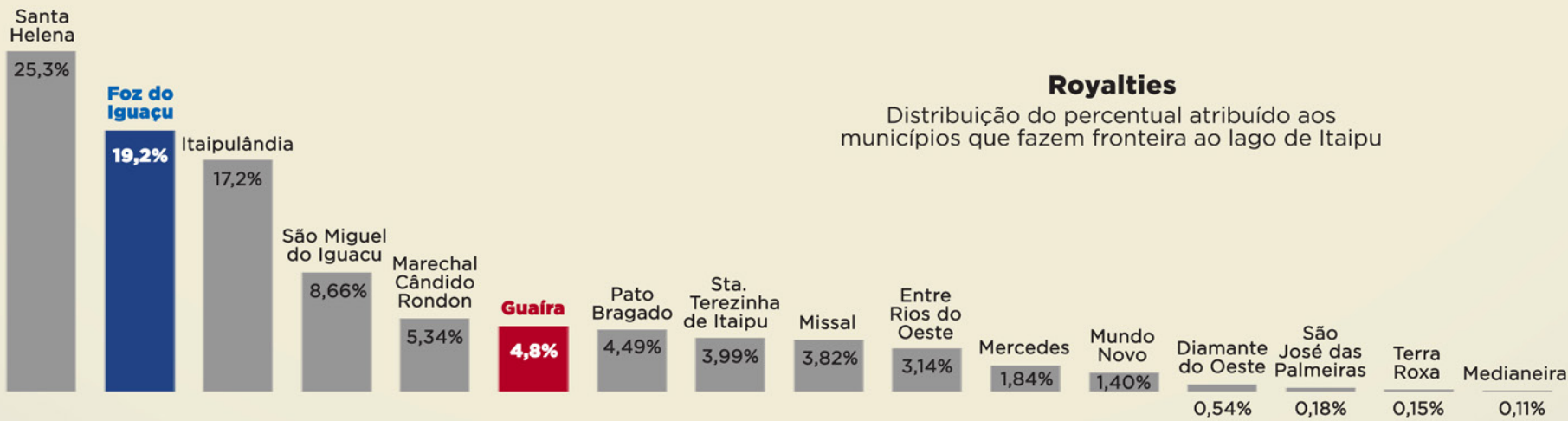
O encobrimento de 10,3 % de terras agrícolas do território municipal; a interferência em 416 propriedades rurais, expulsando aproximadamente 2.621 pessoas que ali moravam e trabalhavam; a perda da arrecadação de ISS devido ao alagamento de Sete Quedas e o consequente estancamento do desenvolvimento futuro do turismo, hotelaria e serviços; a perda da produção e do recolhimento de ICM devido ao alagamento de terras agrícolas; o alagamento de 90,8km de estradas vicinais; alagamento de áreas de recolhimento de argila para olarias; e o alagamento da Usina Hidrelétrica de Guaíra foram apontados pelo IPARDES.

Guaíra ainda se encheu de esperança com a possibilidade da implantação da usina hidrelétrica de Ilha Grande, anunciada ainda antes do fim das Sete Quedas. O município chegou a receber um canteiro de obras e um bairro para abrigar os operários da futura usina, mas no ano de 1991 foram canceladas todas as grandes obras no país, retirando de vez toda e qualquer esperança de ressarcimento pela perda do seu maior ícone turístico.

## Foz do Iguaçu X Guaíra



### Dados Atuais







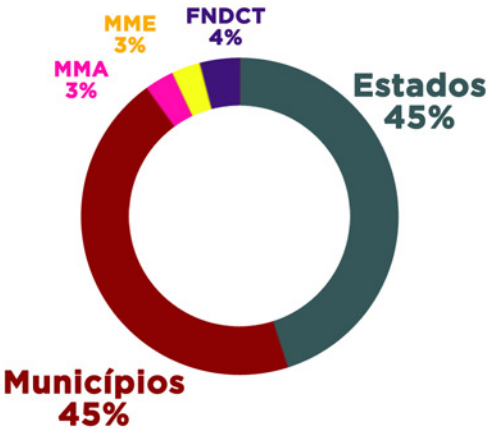
# DO ARCABOUÇO LEGAL APLICADO À CFURH E AOS ROYALTIES DA UHE ITAIPU

A Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, dentre outros temas, tratou da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica, a CFURH, e da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, conhecida como Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Posteriormente, a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, em seu art. 17, definiu em 6,75% do valor da energia elétrica produzida a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos de que trata a Lei nº 7.990/1989. Já a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, em seu art. 1º, definiu os percentuais da distribuição da CFURH e da CFEM. Em relação à CFURH, os 6,0% do valor da energia elétrica produzida que caberia aos estados e municípios em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos

respectivos reservatórios e a órgãos da administração direta da União. A lei estabelece que 45% dos recursos sejam repassados aos estados; outros 45% aos municípios; 3% ao Ministério de Meio Ambiente (MMA); outros 3% ao Ministério de Minas e Energia (MME); e os 4% restantes ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A Lei nº 8.001/1990 estabeleceu ainda que cabe ao Distrito Federal o montante correspondente às parcelas de estado e de município. Em outro ponto ficou estabelecido que as usinas hidrelétricas beneficiadas por reservatórios de montante, o acréscimo de energia por eles propiciado será considerado como geração associada a estes reservatórios regularizadores, cabendo à Aneel efetuar a avaliação correspondente para determinar a proporção da compensação financeira devida aos estados, Distrito Federal e municípios afetados por

esses reservatórios. E, por último, ficou respeitada a divisão mencionada no art. 1º e sem prejuízo das parcelas devidas aos órgãos da administração direta da União, 85% dos royalties devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, previstos no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, caberiam aos estados e aos municípios por ela diretamente afetados e 15% aos estados e municípios afetados por reservatórios a montante da usina, que contribuem para o incremento de energia nela produzida. O Tratado de Itaipu, no item III do Anexo C, estabeleceu que o montante de royalties a ser pago pela usina corresponderia a US\$ 650,00/GWh, e não poderia ser inferior, anualmente, a US\$ 18 milhões, à razão da metade para cada país, Brasil e Paraguai. O Decreto nº 3.739, de 31 de janeiro de 2001, disciplinou o cálculo da TAR e atribuiu à Aneel a responsabilidade de fixá-la. Já a Resolução nº 88, de 22 de março de 2001, da Aneel, estabeleceu a metodologia de repasse da CFURH e dos royalties de Itaipu, que tem como base a área do reservatório (a área inundada de cada município) e o coeficiente de repasse por regularização a montante, que também considera a área inundada em cada município.

## Divisão da CFURH



## É PRECISO ESCLARECER

- 01

A UHE Itaipu não paga CFURH e sim royalty , este último, inclusive, com base de cálculo própria, estabelecida no Tratado de Itaipu, embora semelhante à usada na CFURH;
- 02

A base de cálculo da CFURH é definida pela fórmula  $6,75\% \times \text{TAR} \times \text{Geração Mensal}$ ;
- 03

Os royalties de Itaipu são calculados a partir da fórmula  $\text{Geração Mensal em GWh} \times \text{US\$ } 650 \times \text{Taxa de Câmbio} \times \text{fator de atualização}$ , ressaltando-se que cada país (Brasil e Paraguai) recebe 50% do valor;
- 04

A CFURH e os royalties de Itaipu têm naturezas idênticas;  
  
A distribuição entre os estados e municípios dos royalties de Itai-
- 05

pu é diferente daquela aplicada à CFURH; a Lei nº 8.001/1990 estabelece que 85% dos royalties cabem aos estados e municípios diretamente afetados e os demais 15% aos estados e municípios afetados por reservatórios a montante da usina, que contribuem para o incremento de energia nela produzida ; no caso da CFURH, não há esta divisão;
- 06

A área inundada é o critério para estabelecer o rateio dos recursos entre os beneficiários, uma vez que são considerados o percentual de área inundada dos municípios pelo reservatório da central hidrelétrica e o coeficiente de repasse por regularização a montante, cujo valor também é distribuído aos municípios na proporção das áreas inundadas.







O Quadro 1 ilustra a distribuição dos royalties da UHE Itaipu pela legislação atual.

Quadro 1 – Distribuição dos Royalties da UHE Itaipu	Distribuição Atual	R\$ Milhões em 2016
Estados Diretamente afetados pela UHE Itaipu (85% x 45%)	38,25%	336.201,43
Estados Afetados por reservatórios a montante da UHE Itaipu (15% x 45%)	6,75%	59.329,66
<b>Guaíra-PR.</b>	<b>1,86%</b>	<b>16.348,61</b>
<b>Municípios Diretamente afetados pela UHE Itaipu (85% x 45%)</b>	<b>36,39%</b>	<b>319.852,81</b>
Municípios Afetados por reservatórios a montante da UHE Itaipu (15% x 45%)	6,75%	59.329,66
Ministério do Meio Ambiente	3,00%	26.368,00
Ministério de Minas e Energia	3,00%	26.368,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	4,00%	35.158,00
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>878.958,00</b>

O Quadro 2 apresenta a divisão segundo esta interpretação.

Quadro 2 – Interpretação Distribuição dos Royalties da UHE Itaipu	Alíquota 8% para Guaíra-PR	R\$ EM 2016
Estados diretamente afetados pela UHE Itaipu	38,25%	336.201,43
Estados afetados por reservatórios a montante da UHE Itaipu	6,75%	59.329,66
<b>Guaíra-PR</b>	<b>8,00%=3,06%</b>	<b>26.896,11</b>
<b>Demais municípios diretamente afetados pela UHE Itaipu</b>	<b>35,19%</b>	<b>309.305,32</b>
Municípios afetados por reservatórios a montante da UHE Itaipu	6,75%	59.329,66
Ministério do Meio Ambiente	3,00%	26.368,00
Ministério de Minas e Energia	3,00%	26.368,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	4,00%	35.158,00
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>878.958,00</b>

O Quadro 3 apresenta como será recalculada a divisão dos percentuais dos Municípios Diretamente Afetados

MUNICÍPIOS DIRETAMENTE AFETADOS	LEI 8001/1990 VIGENTE	LEI 8001/1990 PROPOSTA
<b>Municípios Paranaenses</b>	<b>% dos 100%</b>	<b>% dos 38,25%</b>
Santa Helena	9,612416	25,13050%
Foz do Iguaçu	7,355819	19,23090%
Itaipulândia	6,550045	17,12430%
São Miguel do Iguaçu	3,3131	8,66170%
Mal. Cândido Rondon	2,042321	5,33940%
<b>Guaíra</b>	<b>1,858988</b>	<b>4,86010%</b>
Pato Bragado	1,715398	4,48470%
Sta. Terezinha de Itaipu	1,526978	3,99210%
Missal	1,460309	3,81780%
Entre Rios do Oeste	1,198984	3,13460%
Mercedes	0,704106	1,84080%
Diamante do Oeste	0,204829	0,53550%
São José das Palmeiras	0,070724	0,18490%
Terra Roxa	0,057605	0,15060%
Medianeira	0,042304	0,11060%
Sub-Total	37,713926	0,985985
Mundo Novo (MS)	0,536074	1,40150%
	<b>38,250000</b>	<b>100%</b>

## SOBRE O PROJETO DE LEI DA CÂMARA SF PLC 94/2015 (PL 3848/2012 na Câmara Federal) E SUA MOTIVAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara SF PLC 94/2015 (PL 3848-D/2012 na Câmara Federal) propõe a alteração do § 3º art. 1º da Lei nº 8.001/1990. A modificação proposta estabelece a seguinte distribuição dos royalties devidos pela UHE Itaipu, previstos no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado entre o Brasil e o Paraguai, sem prejuízo das parcelas devidas aos órgãos da administração direta da União: (i) 85% aos estados e aos municípios por ela diretamente afetados, sendo 8% assegurados ao Município de Guaíra-PR; (ii) 15% aos estados e municípios afetados por reservatórios a montante da Usina de Itaipu, que contribuam para o incremento de energia nela produzida.

O autor da proposição argumenta que o Município de Guaíra-PR não recebe, a título de royalties da UHE Itaipu, compensação condizente com o fato de ter sido o mais afetado entre os municípios com o Lago de Itaipu e que a forma de repartição dos royalties da UHE Itaipu somente utiliza um dos parâmetros definidos na Lei nº 7.990/1989.

Acerca dos impactos que a proposição pode causar nas receitas de royalties da UHE Itaipu auferidas pelos estados e municípios, cabe mencionar que o objetivo do Projeto de Lei Da Câmara SF PLC 94/2015 (PL 3848/2012 na Câmara Federal) é garantir que 8% dos 45% dos royalties da UHE Itaipu a que teriam direito os municípios diretamente afetados pela usina sejam destinados ao Município de Guaíra-PR.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), atualmente, 6 estados e 346 municípios brasileiros receberam em

2016 o equivalente a R\$ 791,064 milhões em royalties da UHE Itaipu. Dos 346 municípios, 16 (15 no Paraná, dentre os quais Guaíra-PR, e 1 no Mato Grosso do Sul) se enquadram na categoria de diretamente afetados pela usina.

O montante destinado ao Município de Guaíra-PR em 2016 foi R\$ 16,34 milhões/US\$ 4,667 milhões, o equivalente a 1,86% do total de royalties recebidos pelos municípios e estados brasileiros e a 4,86% do total destinado aos municípios diretamente afetados. Ou seja, se o percentual que o PLC 94/2015 (PL 3848-D/2012CF), visa garantir ao Município de Guaíra-PR (8% dos 45% dos royalties da UHE Itaipu a que teriam direito os municípios diretamente afetados pela usina) já estivesse assegurado, o Município de Guaíra-PR teria recebido em 2013 R\$ 26,79 milhões/US\$ 7,65 milhões. Para viabilizar essa elevação, os demais municípios diretamente afetados pela UHE Itaipu sofreriam redução de 3,1% nos royalties pagos pela usina em questão.

Enfatiza-se que, como o texto proposto pelo Projeto de Lei da Câmara SF PLC 94/2015 (PL 3848-D/2012 na Câmara Federal) mantém a expressão “respeitados os percentuais definidos no caput deste artigo”, ou seja, que 45% dos royalties da UHE Itaipu devem ser destinados para os Estados e Municípios, não haveria como respeitar o caput do art. 1º da Lei nº 8.001/1990 se o percentual a ser destinado ao Município de Guaíra-PR for deduzido dos 85% do valor a que teriam direito estados e municípios. Nesse caso, os estados não receberiam 45% dos royalties da UHE Itaipu, garantidos pelo art. 1º da Lei nº 8.001/1990.





## UMA PERDA MUITO ALÉM DO IMAGINADO

O Salto de Sete Quedas era o maior do mundo em volume de águas, antes de desaparecer no alagamento de Itaipu. Naquele ponto, o Rio Paraná, cujo leito atingia 5 quilômetros de largura, se estreitava repentinamente numa garganta escavada na rocha e se precipitava em sete grupos de 19 cachoeiras, com 114 metros de altura, provocando inúmeros arco-íris permanentes e fazendo-se ouvir a 12 quilômetros de distância. Sua beleza encantava o mundo e atraía turistas para o município de Guaíra (PR). Sua riqueza natural – 70 espécies de mamíferos, 252 espécies de aves, 1.600 espécies de insetos e 120 espécies de peixes, além das espécies vegetais – era protegida pelo Parque Nacional de Sete Quedas, criado por decreto do presidente Jânio Quadros, em 30 de maio de 1961.

Para realizar Itaipu, o presidente João Figueiredo extinguiu o parque, também por decreto, no dia 4 de junho de 1981, véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente. Duas semanas antes da inundação, outro decreto do governo militar proibiu o acesso ao local.

Com a inauguração da hidrelétrica, Sete Quedas tornou-se “uma leve correnteza no centro do lago, na altura de Guaíra”.

A operação de fechamento do canal, cercada de mistério, só foi divulgada publicamente na Ar-

gentina, para informar o rebaixamento do nível do Rio Paraná, por exigência de um acordo tripartite, assinado entre Brasil, Paraguai e Argentina, em 1979.

Outra operação, denominada Mymba Kuera (“pega-bicho”, em tupi-guarani), foi deflagrada, empregando 120 homens, 15 veículos, 17 lanchas e um helicóptero, para capturar animais selvagens e salvá-los da inundação do parque. A previsão era de que 300 ilhotas se formariam durante o enchimento do reservatório e que os animais buscariam abrigo nelas, mas apenas 66 restariam, no final – 44 em território brasileiro e 22 em território paraguaio. Nos primeiros cinco dias da operação foram capturados somente 976 animais, a maioria ouriços, gambás, lagartos, raposas, cobras e macacos.

Sem dúvida nenhuma, a cidade de Guaíra foi a mais penalizada. Na época o município tinha como principais atividades econômicas a pesca e o turismo. Com o fim da cachoeira, além da redução do número de visitantes, diminuiu também o número de moradores da cidade. Na década de 1980 havia cerca de 60 mil habitantes em Guaíra, atualmente este número caiu pela metade.

*60 Anos de Grandes Obras e Histórias.*

Na época, o poeta Carlos Drummond de Andrade, através do poema Adeus a Sete Quedas, fez o protesto público mais contundente, exaltando o monumento natural contido em Sete Quedas e manifestou, em versos, um ponto de vista que se tornaria cada vez mais forte nas décadas seguintes: aquele que leva em conta a beleza, o meio ambiente, a preservação da história e o respeito às populações locais na construção do progresso material.

Sete Quedas por mim passaram,  
e todas sete se esvaíram.  
Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele  
a memória dos índios, pulverizada,  
já não desperta o mínimo arrepio.  
Aos mortos espanhóis, aos mortos  
bandeirantes,  
aos apagados fogos  
de Ciudad Real de Guaira vão juntar-se  
os sete fantasmas das águas assassinadas  
por mão do homem, dono do planeta.

Aqui outrora retumbaram vozes  
da natureza imaginosa, fértil  
em teatrais encenações de sonhos  
aos homens ofertadas sem contrato.  
Uma beleza-em-si, fantástico desenho  
corporizado em cachões e bulções de aéreo  
contorno  
mostrava-se, despia-se, doava-se  
em livre coito à humana vista extasiada.  
Toda a arquitetura, toda a engenharia  
de remotos egípcios e assírios  
em vão ousaria criar tal monumento.  
E desfaz-se  
por ingrata intervenção de tecnocratas.  
Aqui sete visões, sete esculturas  
de líquido perfil  
dissolvem-se entre cálculos computadorizados  
de um país que vai deixando de ser humano  
para tornar-se empresa gélida, mais nada.

Faz-se do movimento uma represa,  
da agitação faz-se um silêncio  
empresarial, de hidrelétrico projeto.

Vamos oferecer todo o conforto  
que luz e força tarifadas geram  
à custa de outro bem que não tem preço  
nem resgate, empobrecendo a vida  
na feroz ilusão de enriquecê-la.  
Sete boiadas de água, sete touros brancos,  
de bilhões de touros brancos integrados,  
afundam-se em lagoa, e no vazio  
que forma alguma ocupará, que resta  
senão da natureza a dor sem gesto,  
a calada censura  
e a maldição que o tempo irá trazendo?  
Vinde povos estranhos, vinde irmãos  
brasileiros de todos os semblantes,  
vinde ver e guardar  
não mais a obra de arte natural  
hoje cartão-postal a cores, melancólico,  
mas seu espectro ainda rorejante  
de irisadas pérolas de espuma e raiva,  
passando, circunvoando,  
entre pontes pênseis destruídas  
e o inútil pranto das coisas,  
sem acordar nenhum remorso,  
nenhuma culpa ardente e confessada.  
(“Assumimos a responsabilidade!  
Estamos construindo o Brasil grande!”)  
E patati patati patatá...

Sete quedas por nós passaram,  
e não soubemos, ah, não soubemos amá-las,  
e todas sete foram mortas,  
e todas sete somem no ar,  
sete fantasmas, sete crimes  
dos vivos golpeando a vida  
que nunca mais renascerá.

*Carlos Drummond de Andrade*





**Município  
de Guaíra**

[www.guaíra.pr.gov.br](http://www.guaíra.pr.gov.br)

#### GABINETE DO PREFEITO

Av. Coronel Otávio Tosta, 126 - Centro, Guaíra - PR, 85980-000.

✉ [gabinete@guaira.pr.gov.br](mailto:gabinete@guaira.pr.gov.br) ☎ (44) 3642-9935 e 3642-9936 📠 (44) 98405-3636



**PODER LEGISLATIVO  
Município de Guaíra**

[www.camaraguaíra.pr.gov.br](http://www.camaraguaíra.pr.gov.br)

#### GABINETE DO PRESIDENTE

Praça João XXIII, 200 - Centro, Guaíra - PR, 85980-000.

✉ [camara@camaraguaíra.pr.gov.br](mailto:camara@camaraguaíra.pr.gov.br) ☎ (44) 3642-8550 📠 (44) 9 9976-8953